

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 74/2001 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Estatuto do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 414/93, de 23 de Dezembro, o conselho de administração do IFADAP é nomeado por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, tendo o respectivo presidente sido nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/98 (2.ª série), de 21 de Abril.

Assim:

Nos termos das alíneas *d*) e *e*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Renovar o mandato do presidente do conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), licenciado Carlos Manuel Inácio Figueiredo, pertencente ao quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério do Planeamento, de acordo com o n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto do IFADAP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 414/93, de 23 de Dezembro, sendo para o efeito requisitado, por três anos, conforme o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro.

2 — Determinar que a produção de efeitos da presente resolução se reporte a 3 de Abril de 2001.

8 de Junho de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 13 212/2001 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de Abril, nomeio assessora do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço, a Dr.ª Maria Teresa Gil Lopes Ferreira Calado.

11 de Junho de 2001. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Gabinete do Ministro da Presidência

Despacho n.º 13 213/2001 (2.ª série). — Com o objectivo primordial de combater o fenómeno da violência doméstica, como factor indispensável à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, assente nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da justiça, como pilares fundamentais de um Estado de direito democrático, o Governo, em 27 de Maio de 1999, aprovou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 27 de Maio, e o Plano Nacional contra a Violência Doméstica, que dela faz parte integrante.

O n.º 3 da referida resolução determinou que aquele documento vigorasse por três anos, contados da data da respectiva aprovação, período durante o qual deveriam ser elaborados e apresentados ao Conselho de Ministros relatórios anuais relativos à execução das medidas constantes do Plano Nacional contra a Violência Doméstica.

Com aquele objectivo, em Janeiro de 2000, o Governo criou uma comissão de peritos para acompanhamento e avaliação da execução daquele Plano, composto por personalidades de reconhecido mérito e especialistas com competência nas diferentes áreas que integram o fenómeno multidisciplinar da violência doméstica.

Assim, na sequência do I Relatório Intercalar de Acompanhamento do Plano Nacional contra a Violência Doméstica, elaborada pela referida comissão de peritos, considerando ser imperioso dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, bem como a necessidade de reformular a composição da comissão de peritos, determino o seguinte:

1 — É criada, na minha directa dependência, uma comissão de peritos mandatada para acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional contra a Violência Doméstica, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 27 de Maio, cujo mandato vigorará até ao final do mês de Maio de 2002.

2 — Para os efeitos referidos no número precedente, a comissão de peritos deverá elaborar e apresentar ao Ministro da Presidência um primeiro relatório até ao fim do mês de Setembro de 2001 e, posteriormente, relatórios anuais de acompanhamento e avaliação da execução do Plano.

3 — A comissão de peritos tem a seguinte composição:

Dr.ª Ana Maria Braga da Cruz, presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), que coordenará os trabalhos.

Dr. Manuel António Ferreira Antunes, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Prof.ª Doutora Isabel do Carmo, especialista em questões de violência contra as mulheres.

Dr.ª Maria da Conceição Gomes, membro do Observatório da Justiça.

Dr.ª Teresa Rosmaninho, coordenadora do Projecto INOVAR.

Dr. Manuel Albano, responsável, por parte da CIDM, pela gestão do Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica.

Dr. Eduardo Chagas, adjunto do Gabinete do Ministro da Presidência.

4 — Os membros da comissão de peritos exercem o respectivo mandato a título não remunerado.

5 — O apoio logístico aos trabalhos da comissão de peritos será fornecido pela CIDM.

31 de Maio de 2001. — O Ministro da Presidência, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Despacho n.º 13 214/2001 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Junho de 2001 da Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres:

José Manuel Meira Costa, técnico profissional especialista, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos do Ministério das Finanças — nomeado, precedendo concurso, especialista do grau 2, nível 1, escalão 1, índice 600, da carreira de especialista de informática, do quadro de pessoal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2001. — A Presidente, *Ana Maria Quintans Fernandes Ferreira Braga da Cruz*.

Instituto Português da Droga e da Toxicodependência

Despacho n.º 13 215/2001 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 23 de Abril de 2001:

Licenciada Ana Rita Ferreira da Costa Carvalho — nomeada em comissão de serviço por um ano, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 4.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, no cargo de coordenadora do Gabinete de Apoio Jurídico, cargo equiparado para todos os efeitos legais ao de chefe de divisão. A referida nomeação produz efeitos a partir da data de início de funções, que ocorreu no dia 14 de Maio de 2001.

14 de Maio de 2001. — A Presidente, *Elza M. Deus Pais*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Despacho (extracto) n.º 13 216/2001 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Maio de 2001 da subdirectora-geral, no uso de competência delegada:

Maria Hermínia Fernanda Figueiredo Lima Ornelas, Julieta Isidorinho Pereira da Silva, Maria Gracinda Moreira Ferreira, Maria Celeste Barreira e Suzete Nunes de Almeida Cruz, assistentes administrativas principais do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários — promovidas, na sequência de concurso e por urgente conveniência de serviço, a assistentes administrativas especializadas, considerando-se exoneradas dos lugares anteriores à data da aceitação dos novos lugares.

6 de Junho de 2001. — A Chefe de Repartição, *Maria Manuela Fernandes Trigueiro*.